

LEI ORDINÁRIA Nº 364

de 26 de dezembro de 2000

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Chapadão do Sul - MS, para o exercício de 2.001".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul - MS, para o exercício financeiro de 2.001, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 12.777.000,00 (Doze Milhões e Setecentos e Setenta e Sete Mil Reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita decorrente da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DO TESOURO

1.1 RECEITAS CORRENTES

- Receita Tributária	R\$ 1.395.000,00	
- Receita Patrimonial	R\$ 15.000,00	
- Transferências Correntes	R\$ 10.057.000,00	
- Outras Receitas Correntes	R\$ 330.000,00	R\$ 11.797.000,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

- Operação de Crédito	R\$ 0,00	
- Alienação de Bens	R\$ 15.000,00	
- Amort. de Empréstimo	R\$ 0,00	
- Transferências de Capital	R\$ 935.000,00	
- Outras Receitas de Capital	R\$ 30.000,00	R\$ 980.000,00
TOTAL	R\$ 12.777.000,00	

Art. 3º - A Despesa total do Orçamento ascende a R\$ 12.656.000,00 (Doze Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Seis Mil Reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 10.807.970,00 (Dez Milhões, Oitocentos e Sete Mil e Novecentos e Setenta Reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 1.848.030,00 (Hum Milhão, Oitocentos e Quarenta e Oito Mil e Trinta Reais).

Art. 4º - A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

-Despesas Correntes R\$ 8.973.289,48

-Despesas de Capital R\$ 3.711.100,00

- Reserva de Contingência R\$ 92.610,52

TOTAL R\$ 12.777.000,00

I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

- PODER LEGISLATIVO

0100 Câmara Municipal R\$ 916.400,00

II - PODER EXECUTIVO

0200 Gabinete do Prefeito R\$ 276.500,00

0300 Assessoria Jurídica R\$ 75.957,48

0400 Assessoria de Imprensa R\$ 115.000,00

0500 Secretaria de Governo R\$ 44.100,00

0600 Secretaria Mun. de R\$ 376.752,00

Administração

0700 Secretaria Mun. Obras,

Transportes e

Serviços Públicos R\$ 3.366.000,00

0800 Secretaria Mun. de Educação,

Cultura,

Desporto e Lazer R\$ 4.660.450,00

0900 Secretaria Municipal de Saúde R\$ 1.214.860,00

1000 Secretaria Mun. de Ação Social R\$ 583.170,00

1100 Secretaria Mun. de

Desenvolvimento

Econômico e Meio Ambiente R\$ 391.200,00

1200 Encargos Gerais do Município R\$ 295.500,00

1300 Secretaria Municipal de R\$ 368.500,00

Finanças

9999 Reserva de Contingência R\$ 92.610,52

TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS DOR\$ 12.777.000,00
TESOURO

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a III do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964.

II - Realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do art. 167, ambos da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I - Para atender despesas com pessoal com encargos sociais.

II - À conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei.

III - À conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 6º - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgão centrais de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

Art. 7º - Ficam aprovadas, conforme especificações quadros anexos:

I - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 1.817.060,00 (Hum Milhão, Oitocentos e Dezessete Mil e Sessenta Reais).

II - O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 120.760,00 (Cento e Vinte Mil e Setecentos e Sessenta Reais).

- O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 1.320.948,00 (Hum Milhão, Trezentos e Vinte Mil e Novecentos e Quarenta e Oito Reais).

I - O Orçamento do Fundo Municipal de Previdência, vinculado a Secretaria Municipal de Finanças, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 698.500,00 (Seiscentos e Noventa e Oito Mil e Quinhentos Reais).

II - O Orçamento do Fundo Municipal de Educação, vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 800.00,00 (Oitocentos Mil Reais).

III - O Orçamento do Fundo Municipal de Investimentos Sociais, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 164.700,00 (Cento e

Sessenta e Quatro Mil e Setecentos Reais).

Art. 8º - As autorizações contidas nos artigos 5º e 6º desta lei, são extensivas aos orçamentos dos Fundos de que tratam os incisos I a VI do Artigo 7º.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.001.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS, 26 de Dezembro de 2.000.

*JOÃO CARLOS KRUG**Prefeito Municipal*

Lei Ordinária Nº 364/2000 - 26 de dezembro de 2000

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em